



**EUROPEIAS 2019**

Manifesto eleitoral do  
Bloco de Esquerda Açores

O Bloco de Esquerda/Açores, integrado na lista nacional do Bloco de Esquerda às Eleições para o Parlamento Europeu, assume de forma integral o Manifesto Nacional, que tem como eixos de luta: defender uma Europa solidária capaz de dizer não à extrema direita; referendar o Tratado Orçamental (TO) e o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC); reorientar o orçamento comunitário – reforçando-o e orientando-o para políticas solidárias, de desenvolvimento e coesão – para financiar de forma fortemente redistributiva; alterar os estatutos do BCE; considerar a questão ambiental como uma emergência, dando prioridade à redução das taxas de carbono - limitando o acesso ao financiamento de projetos com combustíveis fósseis - bem como a criação de programas de proteção para refugiados ambientais e climáticos; limitar os leques salariais nas empresas; criar uma Estratégia Europeia Integrada de Combate à Pobreza e Desigualdades; lutar pela igualdade de género, contra a violência doméstica, contra a exclusão de pessoas pelas suas orientações e pelas pessoas com limitações físicas; defender uma Política Agrícola Comum (PAC) que deixe de privilegiar as grandes multinacionais; promover a investigação e desenvolvimento tecnológico em países com menos possibilidades económicas; promover a ética e a transparência, por uma UE que sirva os/as cidadãos/ãs europeus/eias e que não seja uma porta giratória para individualidades acederem a lobies financeiros; defender a reestruturação multilateral da dívida; defender os trabalhadores; e defender a DEMOCRACIA, o ESTADO SOCIAL, o TRABALHO e o AMBIENTE!

### **ULTRAPERIFERIA: UMA BATALHA GANHAR**

O conceito de Região Ultraperiférica (RUP) foi consagrado nos tratados europeus em 1992, através do artigo 349.º.

Os Açores integram a União Europeia com o estatuto de região ultraperiférica do território da União, conforme estabelecido nos artigos 349.º e 355.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Este facto representou um avanço concreto no estatuto diferenciador das regiões insulares em relação ao conjunto continental da União Europeia.

Em nome da coesão social e do desenvolvimento harmónico do conjunto da União Europeia realizaram-se já inúmeras conferências, memorandos e discursos. No entanto, o memorando reivindicativo das RUP de 2017, deixa claro que as práticas da

União Europeia em relação às RUP estão muito longe da coesão social que foi tão propagada.

As RUP – e os Açores em particular –, pela sua insularidade, dimensão territorial e custos de contexto não podem competir em pé de igualdade com as regiões continentais, onde há uma dinâmica de concentração de empresas e do poder financeiro que tem sido particularmente gravosa para os territórios mais distantes.

Apesar da existência de apoios como o POSEI, o fim das quotas leiteiras representa um golpe na nossa economia. Esta medida, há muito exigida pelos grandes produtores do norte e centro da Europa, nada mais visou do que a destruição da pequena produção, favorecendo as grandes empresas.

A liberalização no acesso ao nosso mar, aos grandes arrastões, num passado recente, foi um forte - senão mesmo o mais forte - contributo para a escassez no setor da pesca que se vive atualmente.

No entanto, e perante este cenário, a União Europeia recusa-se a ter políticas concretas para apoiar a especificidade da nossa pesca.

A nossa região é particularmente afetada pelas consequências das alterações climáticas, que serão nefastas para a biodiversidade. Não sendo os Açores, nem de perto nem de longe, os primeiros culpados por esta situação, somos as primeiras vítimas deste processo.

Ainda no que respeita ao mar, o interesse inverte-se, quando se trata da gula das potências europeias em conjunto com o governo da República para continuar a delapidação dos nossos recursos, através da chamada lei do mar - que até podia ser designada como a lei da mineração - que vai destruir a nossa biodiversidade, fatores biotécnicos, assim como outras áreas da nossa economia.

Nesta batalha, o Bloco de Esquerda apresentou medidas concretas, para que, em sede do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, a Região venha a ver consagrados novos direitos em matéria de negociações de tratados e acordos internacionais, para que a nossa voz tenha força decisiva sobre o que nos diz respeito.

A coesão social e económica da União não pode ser uma flor na lapela, e no que concerne às RUP, o cumprimento das suas reivindicações tem de ser uma obrigação europeia.

## FUNDOS EUROPEUS

É fundamental desmistificar a natureza e origem dos fundos europeus, uma vez que estes não são, nem representam, nenhuma dívida.

A competição num mercado único aberto entre economias com um estado de desenvolvimento diferenciado e, posteriormente, a entrada em circulação da moeda única (Euro), levou a que as economias mais desenvolvidas progredissem mais rápido e com melhor qualidade do que economias mais débeis.

Em face desta constatação e em termos de compensação surgem os fundos europeus, para contrariar esta realidade.

Como é evidente, e cada vez mais suportada por vozes insuspeitas, os fundos europeus não alcançaram o objetivo a que se destinavam. Este facto tem como base principal a insuficiência do orçamento europeu, assim como as prioridades apontadas.

Em concreto, o mais robusto programa europeu - a Política Agrícola Comum (PAC) -, tem apoiado os proprietários de maior dimensão em desfavorecimento dos pequenos agricultores. Basta referir que 32% do orçamento da PAC é repartido por apenas 1,5% dos beneficiários, sendo que as explorações agrícolas que apresentam menores impactos ambientais foram as que receberam menos benefícios da PAC.

Este é um exemplo concreto que acumula a má distribuição de fundos com prioridades erradas.

Sobre o próximo quadro comunitário (2021 - 2027) pesam as maiores dúvidas. Mas tudo aponta para a diminuição dos fundos comunitários e até mesmo para o aumento da comparticipação dos Estados, embora esta questão ainda não esteja totalmente resolvida.

O Bloco de Esquerda manifesta a sua frontal oposição à diminuição dos chamados fundos estruturais.

Justificar esta intenção com o Brexit e as novas prioridades da UE não passa de uma falácia, pois essas prioridades correspondem essencialmente à constituição de um exército europeu (PESCO) e ao reforço de verbas para a agência Frontex, que gere as fronteiras da UE. Estas não são, para o Bloco de Esquerda, prioridades.

No entanto, o Brexit é a grande justificação apresentada pelas instituições da UE, que apontam para o fim da comparticipação do Reino Unido. Se – como parece – será este o desfecho deste processo, a situação poderia, e deveria ser compensada por várias medidas, entre as quais a inversão da redução do orçamento em percentagem do PIB

européu, a redistribuição do rendimento das economias excedentárias para as deficitárias e o fim dos 'offshores'.

Não podemos esquecer que o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) e o Tratado Orçamental (TO) penalizam de forma clara não só as questões como o déficit orçamental, mas também os excedentes comerciais. Neste caso, temos a Alemanha no topo, mas também países como a Holanda e a Dinamarca apresentam saldos muito acima das regras orçamentais, sem que haja penalizações para estes países ricos.

A Europa solidária de que nos falaram, e falamos, tem sido a Europa dos ricos, das multinacionais. A nossa luta é, também, inverter este estado para que a Europa seja de facto solidária.

O Bloco de Esquerda está convicto de que esta transformação não passa somente pelos fundos, mas é urgente que estes tenham um novo desenho e novas prioridades. Os Açores precisam de mais solidariedade europeia e também de mais fundos estruturais. Não temos dúvidas sobre esta afirmação.

Por isso, não podemos concordar com aqueles que - como e com o PS - defendem que manter o atual nível de fundos para os Açores é já uma vitória. Isto não passa de uma forma de defender os propósitos que se traçam em torno de uma guerra da União Europeia.

Manter o volume de fundos do anterior quadro, representa, na prática, uma diminuição do seu impacto, devido a fatores como a inflação. O Bloco de Esquerda não alinha em floreios literários quando o que está em causa é o futuro da Região.

**Defendemos o reforço dos fundos e medidas em várias áreas concretas.**

## **MAR, MINERAÇÃO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

Os oceanos e a vida que eles contêm são fundamentais para retirar carbono da atmosfera, mitigando o aumento de CO<sub>2</sub>.

Como todos sabemos e reconhecemos (à exceção de alguns grandes interesses económicos e políticos que teimam em negar as evidências), a temperatura dos oceanos tem vindo a subir, causando a acidificação do ambiente marinho e alterando os padrões de precipitação, não sendo possível prever, hoje, em toda a sua plenitude as repercussões quer sobre a biodiversidade marinha, quer na orla marítima, nem relativamente às alterações na precipitação.

A necessidade de adaptação às consequências provocadas pelos fenómenos naturais extremos implicam investimento e planeamento e obrigam à mobilização de recursos que os estados não têm disponíveis, muito menos as RUP. Urge, pois, garantir que, no âmbito da União Europeia, sejam implementadas medidas de adaptação às alterações climáticas no âmbito das políticas de coesão.

Paralelamente, a gula das multinacionais - em conluio com o governo da República e com o silêncio do governo Regional - é cada vez mais intensa no que toca às possibilidades de mineração no mar dos Açores.

A importância do mar para a economia dos Açores é evidente e não se limita apenas à pesca e ao turismo.

As alterações climáticas que apontam para a existência de cada vez mais períodos de seca e o interesse crescente na mineração do fundo do mar - apesar de todos os estudos apontarem para graves consequências para os ecossistemas marinhos e impactos significativos nas atividades económicas que se desenvolvem no mar - anunciam uma “tempestade perfeita”.

Os investigadores que desenvolvem trabalho nos Açores sobre o Mar têm alertado para o perigo associado à mineração do mar. É imperioso que a União Europeia assuma que a mineração do mar não deve avançar sem que antes, sejam feitos estudos mais aprofundados.

Os Açores têm experiência acumulada para estudar de forma séria estes fenómenos e potenciar o saber acumulado para alcançar novos patamares, concorrendo para o esforço internacional.

## **EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO: UM DESÍGNIO**

Os Açores apresentam os mais baixos padrões de escolaridade do país. Para justificar este facto - apesar de não haver dados oficiais, por razões óbvias - é normalmente apontada a grande emigração dos/as jovens açorianos/as licenciados/as que procuram emprego fora da Região.

Não esqueçamos a terrível herança baseada numa lógica colonial que assentava numa economia de baixos padrões e conseqüentemente sem diferenciação na mão-de-obra.

Apesar dos avanços alcançados nestes domínios após a Autonomia, não existe uma alteração de fundo na nossa realidade económica. O forte incremento do turismo nos últimos anos não alterou este modelo.

A par de um novo paradigma económico, mais exigente na qualificação do trabalho e propiciador de melhores rendimentos para os trabalhadores e as trabalhadoras, exige-se um esforço redobrado na qualificação dos açorianos e açorianas a par de um grande investimento na educação, combatendo o insucesso escolar e a saída precoce do percurso escolar.

### **CONHECIMENTO E INVESTIGAÇÃO: BASE PARA UMA NOVA ECONOMIA**

Como há muitos anos o Bloco de Esquerda tem defendido, a nossa Região tem todas as condições para se tornar numa potência na investigação sobre a biodiversidade e o seu potencial tecnológico, assim como no estudo das alterações climáticas.

A implementação de um instituto nacional de estudo nestas áreas é, em nossa opinião, fundamental para este desiderato.

A constituição deste instituto nacional permitiria transformar os Açores num pólo de atração para investigadores das mais variadas proveniências e para empresas na área da biotecnologia, e seria uma alavanca na capacidade de gerar riqueza através da produção de conhecimento.

Infelizmente, a política da União Europeia - e do governo da República, com a cumplicidade do governo Regional - é tornar os Açores numa espécie de interface científico ao serviço de grandes interesses, que farão do arquipélago uma mera base de estudo e investigação, levando as mais valias desse trabalho para fora da Região.

Projetos como o Air Centre, o porto espacial em Santa Maria, ou a plataforma de investigação científica na Horta são um avanço em relação ao passado. Mas o modelo que está a ser seguido na implementação destes projetos – que deviam constituir uma alavanca para o desenvolvimento da Região – apenas abre a porta aos grandes interesses internacionais e deixa os Açores a saque.

Sobre esta matéria, recordamos a posição de Jaime Gama, proeminente político nacional de origem açoriana, com a qual o BE se identifica: “O conhecimento criado nos Açores tem de ficar nos Açores.”

Para concretizar este objetivo é necessário alterar as políticas da União Europeia, com o apoio do governo da República e do governo Regional. É esta a nossa luta!

## **AGRICULTURA E PESCAS: UM DESAFIO**

A Agricultura e a Pesca são dois dos sectores mais prejudicados pelas políticas europeias.

Passar a gestão da pesca além das 100 milhas no mar dos Açores para a esfera exclusiva da Comissão Europeia, não fez senão sujeitar o nosso mar ao saque das grandes frotas e dos arrastões, que só deixaram as nossas águas depois de delapidarem os recursos existente. Não sendo, com certeza, a única causa para a escassez de peixe que hoje se verifica, é assumidamente uma das que teve maior impacto.

Já no que diz respeito à Agricultura, o fim das quotas leiteiras foi um rude golpe na economia dos Açores. Mais uma vez para servir os grandes intervenientes do setor, que são essencialmente os países do centro e do norte da Europa.

O fim deste mecanismo de regulação serviu exclusivamente para contribuir para a concentração da produção de leite em grandes empórios, em detrimento das pequenas explorações.

Na afirmação prática do conceito de RUP, ao abrigo do artigo 349.º do Tratado Europeu, a consagração do POSEI é um avanço significativo que devemos defender e ampliar.

Essa ampliação serviria para criar sérias compensações ao desastre que foi o fim das quotas leiteiras, fazer frente aos novos desafios colocados à agricultura da Região, incrementar a diversificação da produção agrícola - não só para diminuir as importações, como para atrair jovens para o sector -, e fazer face ao processo das alterações climáticas.

Insistimos na aposta na diversificação da agricultura, e que sejam privilegiadas as produções biológicas, que não são alvo da aplicação de produtos químicos (herbicidas). A agricultura biológica é cada vez mais reconhecida e procurada pela sua qualidade. Preocupações ambientais e com a saúde levam a que essa prática se torne cada vez mais recorrente. No entanto, este método enfrenta uma concorrência muito forte das grandes indústrias que produzem de forma intensiva e sem qualquer restrição na aplicação de produtos fitofarmacêuticos. Para tal, é necessário valorizar este tipo de agricultura pela sua qualidade, reforçando os apoios concedidos a estes



produtores para que seja menos dispendioso o seu cultivo e mais vantajosa a sua aquisição por parte de comerciantes e população em geral.

Também nas pescas e aquicultura, o BE exige a autonomização e adaptação dos apoios europeus à realidade dos Açores, recusando que estes apoios estejam limitados a uma percentagem da dotação global do FEAMP.

### **A MOBILIDADE É UM DIREITO, NÃO UM LUXO**

A mobilidade é dos símbolos da União Europeia. O memorando das RUP torna claro que, no que diz respeito à mobilidade, as regiões insulares, não são tratadas em pé de igualdade com as regiões continentais. O espírito europeu só será cumprido quando isto acontecer.

É inconcebível que a União Europeia, apoiando - e bem - toda a ligação ferroviária entre países da Europa, investindo milhares e milhares de milhões de euros, deixe de fora deste direito os cidadãos e as cidadãs insulares no seu acesso ao continente.

A consagração deste direito não pode circunscrever-se ao interior do arquipélago. É essencial que se estenda nas ligações ao continente.

Em contraste com o centro da Europa, onde a mobilidade, nomeadamente ferroviária, é implementada, a Comissão Europeia continua surda e muda perante as necessidades de mobilidade dos/as insulares.

Com as alterações mundiais ao nível do transporte marítimo, entre as quais a utilização do Gás Natural Liquefeito (GNL) pelos navios que atravessam o Atlântico, os Açores podem desempenhar um novo papel no transporte marítimo intercontinental.

O interesse pelo porto de águas profundas da Praia da Vitória é mais do que conhecido. Este porto tem o potencial para tornar-se num centro de distribuição logística e um porto de reabastecimento no Atlântico. Por isso mesmo, o Governo Regional já acedeu aos interesses que cobiçam os lucros que a nossa posição no Atlântico pode gerar e que clamam pela privatização do porto. A concessão do Porto da Praia por 75 anos – uma verdadeira eternidade! - é a cedência de sempre do PS aos grandes interesses económicos.

A nossa posição no Atlântico tem de ser usada como fator de desenvolvimento social e económico para os Açores. Para que isso seja possível defendemos o investimento público no Porto da Praia da Vitória, com recurso a fundos comunitários, assim como a sua gestão pública, integrando este investimento e desenvolvimento numa estratégia

para transformar esta infraestrutura num elo do transporte marítimo de carga de, e para, o continente europeu.

### **PARAÍSO FISCAL NÃO É SOLUÇÃO!**

O governo Regional apresentou em Bruxelas um projeto para estabelecer, no concelho da Praia da Vitória, uma zona franca cujo conceito era idêntico ao da zona franca da Madeira.

Esta pretensão foi chumbada pela Comissão Europeia.

Para o Bloco de Esquerda, a Comissão Europeia tomou a decisão correta neste caso, mas é esta mesma Comissão que defende a existência de ‘offshores’ na Europa e aplaude o ‘dumping’ fiscal aplicado a empresas.

Mais uma vez assistimos à duplicidade de critérios:

O Governo Regional queria implantar nos Açores um ‘offshore’ com alguma regulamentação, segundo o que foi dito. Basta ver o que representa a Zona Franca da Madeira para, de uma forma lapidar, rejeitarmos tal pretensão.

Os ‘offshore’ não são mais do que esconderijos de dinheiro sujo, proveniente de vários tipos de tráfico e de corrupção, ou utilizados como mecanismo para não pagar impostos. O ‘dumping’ fiscal, tão praticado por países como Irlanda, Luxemburgo, Holanda ou Malta, não é mais do que uma forma legal para permitir que empresas, em particular as grandes, fujam do pagamento de impostos.

Impostos esses que tanta falta fazem para investir nos diversos países em políticas sociais e na oferta de melhores serviços públicos: não há dinheiro para pagar reformas dignas, mas estas grandes empresas são beneficiadas com reduções de impostos que chegam às centenas de milhões de euros, todos os anos.

Por isso defendemos o fim dos ‘offshores’ e do ‘dumping’ fiscal. Por outro lado, defendemos que nas regiões insulares – devido aos custos de contexto - existam benefícios fiscais superiores para empresas que se queiram aqui implantar. Mas esses benefícios só podem ser atribuídos às empresas que gerem emprego na região, e devem incidir apenas sobre os serviços ou materiais produzidos na região.

**A JUVENTUDE E A UNIÃO EUROPEIA**

O investimento na educação e na formação é essencial para o futuro. E esta aposta deve ser dirigida essencialmente para os jovens.

O intercâmbio de jovens entre os países da União Europeia permite não só a descoberta de novos países, dos seus usos e costumes, como também o aprofundamento da formação académica, e a partilha de experiências e valores através da cultura e do desporto.

Como tal, é de extrema importância o aumento da dotação orçamental para o programa de mobilidade juvenil Erasmus+.

O Bloco de Esquerda lutará também para que seja retomado o apoio às escolas profissionais da região – que dão resposta aos jovens que optam por cursos com uma aplicação mais prática em áreas que são também fundamentais para a sociedade – e que, com o fim dos subsídios da União Europeia estão a atravessar grandes dificuldades.

**O Bloco de Esquerda acredita que é possível construir uma Europa diferente. Uma Europa assente na solidariedade entre países, que rejeite o ultraliberalismo e o autoritarismo, que coloque as pessoas no centro das decisões políticas, e promova a democracia e a liberdade.**